RELATÓRIO CONSOLIDADO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES



CONSULTA PÚBLICA N° 37/2013 – DE 31/12/2013 a 29/01/2014

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Consulta Pública da minuta de Resolução que estabelece os critérios de obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes destinados ao uso veicular e industrial e aditivos em frasco para óleos lubrificantes de motores automotivos.** | | | | |
| **SUGESTÃO DE** | **MINUTA** | **SUGESTÃO** | **JUSTIFICATIVA** | **POSICIONAMENTO ANP** |
| **SINDILUB** | **-** | Concordamos com o conteúdo da proposta de aprimoramento da regulamentação dos óleos lubrificantes comercializados no país. | - | - |
| **ANP** | **Considerandos** | Considerando a importância de se gerenciar as informações de registro de produtos conforme estabelece a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011; e  Considerando os direitos e obrigações dos agentes econômicos relativos à propriedade industrial conforme estabelece a Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, | Adequação de texto. | Incorporado. |
| **ANP** | **Preâmbulo** | A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso das atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei n° [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 06 de agosto de 1997, e suas alterações, e com base na Reunião de Diretoria n° XX, de XX de XX de 2013, | Atualização. | Incorporado. |
| **SIMEPETRO** | **Preâmbulo** | Considerando a necessidade de se regular o mercado de lubrificantes de tecnologia obsoleta; | É essencial que se substitua a expressão “retirar do mercado” pela expressão “regular o mercado” considerando que nos termos da Lei n° [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997, alterada pela Lei n° [11.097](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%2011.097%20-%202005), de 13 de janeiro de 2005, a proibição de produção e retirada do mercado de lubrificantes de tecnologias consideradas obsoletas extrapola o poder normativo da Agência Nacional de Petróleo.  Cumpre frisar que pela redação da lei mencionada, ao tratar da instituição e das atribuições a ANP determina em seu artigo 8°:  *“A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:*  *XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;*  *XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.”*  Consequentemente, a ANP não possui atribuição e nem a competência para PROIBIR a comercialização de um produto, apenas havendo o poder de regulamentar o mercado das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, como é o caso dos óleos lubrificantes. Em nenhum dos incisos do art. 8° consta que a ANP pode proibir a fabricação ou comercialização de algum produto.  Essa restrição só poderá ser feita por meio de lei ordinária e com o seu devido processo legislativo, caso contrário violaria frontalmente os princípios da legalidade e da livre iniciativa consagrados na Constituição Federal de 1988 (arts. 5°, inciso II, e 170).  A regulação do mercado poderá ser realizada, por exemplo, em se exigir que conste no rótulo dos óleos lubrificantes a informação de se trata de tecnologia obsoleta que só é utilizada em motores produzidos na década de 80 e 90, assim como estabelecer um prazo razoável para que os produtores dessa tecnologia se adaptem aos padrões mínimos estabelecidos pela a ANP.  O SIMEPETRO entende que os prazos razoáveis para a tal adequação deverão ser:  a) para atendimento dos níveis mínimos estabelecidos no inciso I do artigo 15 da Resolução:  I – até 30/06/2016 para produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;  II – até 30/09/2016 para a distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;  III – até 30/03/2017 para a comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;.  b) para as mudanças de níveis mínimos estabelecidos no art. 16 da Resolução:  I – até 30/06/2018 para a produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA (2012);  II – até 30/09/2018 para a distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA (2012);  III – até 30/03/2019 para a comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA (2012); | Incorporado parcialmente.  A redação do Considerando foi alterada para refletir de maneira mais clara a intenção da ANP ao não permitir o registro de produtos de tecnologia obsoleta. Entretanto, é importante esclarecer que Agência pode proibir a produção de produtos de tecnologia obsoleta se considerar que isso trará benefícios ao mercado e ao consumidor brasileiro. Quanto aos prazos também não foram incorporados em razão de serem protelatórios e de essa retirada de produtos obsoletos já estar ocorrendo tardiamente. A ANP já discute com o mercado sobre essa transição desde 2010.  O Relatório Final da Avaliação do Impacto Regulatório mostra que a diferença de custo para produção não é tão elevada. O citado relatório também informa qual o parecer dado pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência da ANP, a qual é reproduzido abaixo:  “Quanto ao mercado de lubrificantes automotivos, considerando que os níveis de desempenho dos óleos lubrificantes automotivos estão relacionados aos avanços da indústria automobilística, julga que, em princípio, eventual prejuízo à concorrência seria amplamente compensado pelo aumento de eficiência do produto, redução do impacto ambiental e pela proteção dos interesses do consumidor.”  Nesse sentido, o Considerando passa a ter a seguinte redação:  Considerando a necessidade de se regular o mercado de lubrificantes, promovendo no país a permanência de tecnologias adequadas ao consumidor brasileiro; |
| **ANP** | **Art. 1°** | Art. 1° Esta Resolução tem por objetivo estabelecer:  I – os critérios de obtenção do registro de:  a) graxas e óleos lubrificantes destinados ao uso veicular e industrial e  b) aditivos em frasco para óleos lubrificantes de motores automotivos;  II – as responsabilidades e obrigações dos detentores de registro, produtores e importadores. | Tornar mais claro o objetivo da resolução. | Não incorporado.  Não é necessária a disposição do texto nesse formato. |
| **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A** | Art. 1°, §2° | De: §2° Quaisquer aditivos em frasco para utilização no cárter de motores automotivos deverão ser registrados nesta ANP.  Para: §2° Quaisquer aditivos em frasco para ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de alterar suas propriedades deverão ser registrados nesta ANP. | A redação original sugere que apenas os aditivos em frasco destinados ao segmento de veículos rodoviários, dando azo à interpretação de que os aditivos em frasco para outros veículos como os aeronáuticos, marítimos, entre outros não necessitariam de registro na ANP. | Não incorporado.  Considerando que os aditivos em frascos (aftermarket) não são de uso indispensável, optou-se por regular apenas aqueles destinados ao usuário comum, que é o mais desprovido de informações técnicas. |
| **ANP** |  | Alterar  De: §3º Para fins desta resolução, ficam isentos de registro os produtos cujas aplicações estejam definidas no Anexo IX.  Para: §3º Para fins desta Resolução, ficam isentos de registro os produtos cujas aplicações se limitem tão somente às definidas no Anexo IX. | Essa alteração é necessária para esclarecer que produtos que tem mais de uma aplicação, e que uma delas é isenta de registro, ainda assim esse produto deverá ser registrado. | Incorporado.  Nova redação:  §3º Para fins desta Resolução, ficam isentos de registro os produtos cujas aplicações se limitem tão somente às definidas no Anexo IX. |
| **ANP** | **Art. 1°, § 4°** | É vedada a produção e a importação, bem como a comercialização dos produtos relacionados no caput deste artigo, sem registro prévio na ANP. | Conforme Item 3.1.7, da Nota Técnica 87/2013/CPT/DF. | Não incorporado.  Inicialmente, foi prevista a hipótese de obrigatoriedade de registro prévio para a atividade de produção, conforme disposto na Nota Técnica nº 87/2013/CPT/DF. Entretanto, após nova análise do assunto, concluiu-se que a atividade de produção já está regulada por meio da Resolução ANP 18/2009. |
| **ANP** | **Art. 1°, §4°** | §4° São vedadas a importação e a comercialização dos produtos relacionados no *caput* deste artigo sem registro prévio na ANP. | Adequação do texto. | Não incorporado.  Esse artigo será excluído em virtude da redundância com o §1° do art. 17. |
| **ANP** | **Art. 1°, §5°** | Incluir: O registro de produtos de que trata esta Resolução se dará a partir da publicação do despacho da ANP no Diário Oficial da União. | Estabelecer critério para a validade inicial do registro. | Não incorporado.  Em virtude da redundância com o caput do art. 17. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | **Art. 2°** | de: II – aditivo em frasco para óleo lubrificante: produto destinado ao consumidor final que deve ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de alterar suas propriedades;  Para: II- aditivo em frasco para óleo lubrificante: produto destinado ao consumidor final que pode ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de alterar suas propriedades; | Evitar parecer que há uma necessidade de adição desse produto, o que não corresponde à realidade. | Incorporado parcialmente.  Foi trocada a expressão "que deve" por "a".  Nova redação:  "II - – aditivo em frasco para óleo lubrificante: produto destinado ao consumidor final a ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de melhorar o desempenho; |
| **SINDICOM** | **Art. 2°** | Incluir definição de produtor de aditivos em frascos para lubrificantes | O agente não está definido para efeito das determinações previstas nesta regulamentação | Incorporado.  Inserir:Produtor de aditivo em frasco para óleo lubrificante: pessoa jurídica que produz o aditivo em frasco para óleo lubrificante.  Importador de aditivo em frasco para óleo lubrificante: pessoa jurídica que importa o aditivo em frasco para óleo lubrificante. |
| **SINDICOM** | **Art. 2°, inciso II** | De: “...a finalidade de alterar suas propriedades;  Para: “...a finalidade de melhorar o desempenho”; | Garantir a melhoria de desempenho, evitando retrocessos. | Incorporado.  Nova redação:  II - – aditivo em frasco para óleo lubrificante: produto destinado ao consumidor final a ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de melhorar o desempenho; |
| **SIMEPETRO** | **Art. 2°, inciso II** | aditivo em frasco para óleo lubrificante: produto destinado ao consumidor final que pode ser adicionado diretamente ao equipamento com lubrificante ou ao lubrificante com a finalidade de alterar suas propriedades; | A substituição do termo “deve” pelo termo “pode” possui a finalidade de evitar a equivocada interpretação de imprescindibilidade da utilização de aditivos. | Incorporado parcialmente, conforme item anterior. |
| **ANP** | **Art. 2°, novo inciso** | biodegradação final: degradação obtida quando a substância em teste é totalmente utilizada por microorganismos resultando na produção de dióxido de carbono, água, compostos inorgânicos e novos constituintes celulares microbianos (biomassa e/ou secreção); | Houve grande aumento de solicitações de registro de produtos biodegradáveis demandou a necessidade de se definir o que são esses lubrificantes. | Incorporado. Nova redação:  biodegradação final: degradação obtida quando a substância em teste é totalmente utilizada por microorganismos resultando na produção de dióxido de carbono, água, compostos inorgânicos e novos constituintes celulares microbianos (biomassa e/ou secreção); |
| **ANP** | **Art. 2°, novo inciso** | lubrificante biodegradável: produto que, submetido aos testes citados no anexo III item 21, sofre a biodegradação final ≥ 60% em até 28 dias; | Houve grande aumento de solicitações de registro de produtos biodegradáveis demandou a necessidade de se definir o que são esses lubrificantes. | Incorporado Parcialmente.  Foi necessária a adequação de texto em função da característica biodegradabilidade também constar no anexo IV.  Nova redação:  lubrificante biodegradável: produto que, submetido aos testes citados no anexo III item 21 e anexo IV item 13, sofre a biodegradação final ≥ 60% em até 28 dias; |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso VI** | Pessoa jurídica responsável pela produção de lubrificantes em instalação própria ou de terceiros, devidamente autorizadas pela ANP para o exercício dessa atividade. | Conforme RANP 18/2009. | Incorporado parcialmente.  Para evitar que o termo "instalação de terceiros" fosse confundido com "terceirização da produção", preferiu-se a seguinte definição:  Produtor de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para produção de lubrificante, conforme legislação vigente. |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso VI** | Definição diferente a estabelecida pela SAB, superintendência responsável pela autorização da atividade. | Alinhar com as definições da SAB, ver RANP 16/09, art.2°, incs. iv, v, xi e xii. | Incorporado parcialmente.  Para evitar que o termo "instalação de terceiros" fosse confundido com "terceirização da produção", preferiu-se a seguinte definição:  Produtor de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para produção de lubrificante, conforme legislação vigente. |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso VI** | Alterar para: Produtor de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para produção de lubrificante, conforme legislação vigente; | Para evitar que o termo "instalação de terceiros" fosse confundido com "terceirização da produção", preferiu-se a seguinte definição sugerida que remete à legislação pertinente, RANP 18/2009.  Produtor de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para produção de lubrificante, conforme legislação vigente. | Incorporado.  Nova redação:  Produtor de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para produção de lubrificante, conforme legislação vigente. |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso VII** | Definição diferente a estabelecida pela SAB, superintendência responsável pela autorização da atividade. | Alinhar com as definições da SAB, ver RANP 16/09, art.2°, incs. iv, v, xi e xii. | Não incorporado.  Na Resolução ANP n° 16/09 é definido importador de óleo lubrificante acabado e não de lubrificante, que engloba óleo e graxa. |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso VII** | Alterar para: importador de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de importação de lubrificante, conforme legislação vigente; | O termo conforme legislação vigente remete à RANP 17/2009. | Incorporado.  Nova redação:  importador de lubrificante: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de importação de lubrificante, conforme legislação vigente; |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso XII** | Alterar para: XII – óleos básicos sintéticos: para fins de registro e rotulagem, óleos básicos que se enquadram nos grupos III, IV, VI, ésteres sintéticos, poliglicóis, polibutenos (pib) e naftalenos alquilados; | Faltou classificar os polibutenos (pib). | Incorporado.  Nova redação:  XII – óleos básicos sintéticos: para fins de registro e rotulagem, óleos básicos que se enquadram nos grupos III, IV, VI, ésteres sintéticos, poliglicóis, polibutenos (pib) e naftalenos alquilados; |
| **ANP** | **Art. 2°, Inciso XIX** | Alterar para: XIX – solicitação de exclusão: ato de solicitar exclusão de grau de viscosidade ou grau NLGI, formulação, produtor ou importador em um dado registro. | Alinhar com o inc. XVII. | Incorporado.  Nova redação:  XIX – solicitação de exclusão: ato de solicitar exclusão de grau de viscosidade ou grau NLGI, formulação, produtor ou importador em um dado registro. |
| **ANP** | **Art. 3°, §3°** | §3° O detentor da marca comercial, registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), terá exclusividade quanto à marca, por ocasião do registro junto à ANP. | Adequação do texto. | Incorporado.  Nova redação:  §3° O detentor da marca comercial registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) terá exclusividade quanto à marca, por ocasião do registro junto à ANP. |
| **ANP** | **Art. 6°** | Art. 6° Os óleos lubrificantes para motores, engrenagens, transmissão e câmbios automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho da *American Petroleum Institute* – *API (ILSAC)*, *Association des Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA*, *Japan Automobile Standard Organization – JASO*, *National Marine Manufacturers Association – NMMA* ou das especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos. | Adequação do texto. | Incorporado.  Nova redação: Conforme indicado na linha abaixo. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 6° | De: Art. 6° Os óleos lubrificantes para motores, engrenagens, transmissão e câmbios automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho da American Petroleum Institute – API (ILSAC), Association dês Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA, Japan Automobile Standard Organization – JASO, National Marine Manufacturers Association – NMMA ou das especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos.  Para: Art. 6° Os óleos lubrificantes para motores, engrenagens, transmissão e câmbios automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das seguintes entidades: American Petroleum Institute – API, do  International Lubricants Standardization and Approval Committee (ILSAC), da Association dês Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA, da Japan Automobile Standard Organization – JASO, da National Marine Manufacturers Association – NMMA ou de especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos. | Evita parecer que todas essas associações classificam todos os tipos mencionados. Também separa o API e o ILSAC que possuem classificações diferentes. | Incorporado.  Nova redação:  Art. 6° Os óleos lubrificantes para motores, engrenagens, transmissão e câmbios automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das seguintes entidades: American Petroleum Institute – API, International Lubricants Standardization and Approval Committee (ILSAC), Association des Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA, Japan Automobile Standard Organization – JASO, National Marine Manufacturers Association – NMMA ou de especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 6°** | Os óleos lubrificantes para motores, engrenagens, transmissão e câmbios automotivos a serem comercializados no País deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho da American Petroleum Institute – API (ILSAC), ou Association dês Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA, ou Japan Automobile Standard Organization – JASO, National Marine Manufacturers Association – NMMA ou das especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos. | Tendo em vista a prerrogativa de o agente produtor regulado pela ANP fazer a opção se quer ou não ter todos os seus produtos com todas as classificações de desempenho existentes, considerando que as empresas que desenvolvem, aprovam e comercializam esses aditivos disponibilizam tanto aditivos com todas as aprovações quanto aditivos com apenas algumas aprovações, deve ser facultativo mencionar todas essas classificações de desempenho como obrigatório. Portanto, sugere-se que seja mencionada a que estiver constando no boletim técnico da empresa fornecedora desses aditivos, constando o termo "ou" a cada classificação. | Incorporado parcialmente.  Texto foi modificado conforme sugestão da Comissão de Lubrificantes do IBP indicada na linha acima. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°** | Para a solicitação de registro dos produtos mencionados no artigo 1° deverão ser encaminhados à ANP: | O Simepetro Sugere que sejam mencionadas nesse artigo todas as classificações reguladas e controladas pela NSF, devendo-se respeitar, no registro, o que consta como definição na NSF, não se resumindo apenas à classificação H1, conforme está mencionado na sugestão de revisão. Isso dá às empresas que precisam dos lubrificantes total segurança de que tais produtos registrados na ANP passaram por avaliação antes de serem liberados para serem comercializados. | Não incorporado.  As demais classificações da NSF não são consideradas críticas e algumas sequer são passíveis de registro na ANP. |
| **ANP** | **Art. 7°, incisos II, IV e V** | Trazer a palavra ANEXO para o início do texto. | Adequação do texto. | Incorporado parcialmente.  Nova redação:  II – ficha de informações do agente econômico, devidamente preenchida, assinada e com indicação legível do nome do preposto perante a ANP, conforme modelo indicado no Anexo I;  IV – ficha de dados técnicos, conforme modelo constante do Anexo II;  V – especificações de óleo lubrificante, graxa lubrificante ou aditivo em frasco, devidamente preenchidas e assinadas pelo responsável técnico com indicação do nome legível e número de registro CRQ, conforme modelos constantes dos Anexos III, IV e V, respectivamente; |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso III** | De: “ procuração com firma reconhecida do preposto perante a ANP para registrar produtos pela empresa, podendo ou não ser o químico responsável pelas informações técnicas do produto;”  Para: “Entrega anual, ou sempre que houver alteração, de procuração com firma reconhecida do(s) preposto(s) perante a ANP para registrar produtos pela empresa, podendo ou não ser o químico responsável pelas informações técnicas do produto”; | Evitar-se excesso de burocracia sem contrapartida de garantias pretendidas. | Não incorporado.  Considerando que a procuração indicar prazo de validade e ser específica a um produto ou grupo de produtos específicos, optou-se por manter a exigência de apresentação de uma procuração para cada solicitação de registro. |
| **ANP** | **Art. 7°, Inciso VI** | VI – cópia do certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do produtor nacional ou importador perante o CRQ; | Adequação do texto. | Incorporado.  Nova redação:  VI – cópia do certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do produtor nacional ou importador perante o CRQ; |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso VI** | De: “cópia do certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica do produtor nacional ou importador perante o CRQ;”  Para: “Entrega anual, ou sempre que houver alteração, de cópia do certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica do produtor nacional ou importador perante o CRQ”; | Evitar-se excesso de burocracia sem contrapartida de garantias pretendidas | Não incorporado.  Considerando que as ARTs em vigor estariam instruindo processos arquivados e que seria necessário consultá-los para identificar se houve alteração do responsável técnico, optou-se por manter a exigência de apresentação da ART para cada solicitação de registro. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso VI** | Cópia do certificado de anotação de responsabilidade técnica do produtor nacional ou importador perante a ANP o CRQ, que deverá ser apresentado anualmente. | O SIMEPETRO sugere que o certificado de anotação de responsabilidade técnica do produtor nacional ou importador seja encaminhado anualmente, | Não incorporado.  Idem ao anterior. |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso VII** | De: “cópia do comprovante de registro de classe, CRQ, do responsável técnico;”  Para: “Entrega anual, ou sempre que houver alteração, de cópia do comprovante de registro de classe, CRQ, do responsável técnico; | Evitar-se excesso de burocracia sem contrapartida de garantias pretendidas | Não incorporado.  Pelo mesmo motivo do item anterior, optou-se por manter a exigência de apresentação do comprovante de registro de classe CRQ para cada solicitação de registro. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso VII** | Cópia do comprovante do registro de classe, CRQ do responsável técnico, que deverá ser apresentado anualmente.; | O SIMEPETRO sugere que o comprovante do registro de classe seja encaminhado anualmente, e não a cada envio de produtos para registro junto a ANP, exceto quando houver a substituição deste profissional por qualquer razão. | Não incorporado.  Idem ao anterior. |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso IX** | De: “documentos comprobatórios do desempenho ou aprovação declarados no caso de óleos lubrificantes industriais;”  Para: “documentos comprobatórios do desempenho ou aprovação declarados no caso de óleos lubrificantes industriais hidráulicos, turbina e engrenagens”; | A existência da grande variedade de óleos industriais de aplicações específicas dificulta a comprovação via documentação pelos fabricantes de aditivos | Incorporado  Nova redação:  IX - documentos comprobatórios do desempenho ou aprovação declarados no caso de óleos lubrificantes industriais hidráulicos, turbina e engrenagens; |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso IX** | Documento comprobatório do desempenho ou aprovação declarados no caso de óleos lubrificantes industriais para as aplicações: hidráulicos, turbinas, engrenagens industriais; | O SIMEPETRO propõe que seja exigido o documento comprobatório do desempenho ou aprovação apenas para óleos industriais para as seguintes aplicações: hidráulicos, turbinas, engrenagens industriais. Isto se justifica pelo fato de que outras aplicações industriais têm exigências especificas entre cliente e fornecedor em que normalmente são desenvolvidos produtos com especificidades entre as partes. | Incorporado, conforme redação indicada na linha acima. |
| **ANP** | **Art. 7°, inciso X** | Alterar para :  X - certificado de que produto e produtor atendem a norma ISO 21.469 emitido por organização acreditada pela norma ISO 17.065, no caso de óleos e graxas lubrificantes para contato alimentar incidental. | Não necessariamente a NSF é a única instituição capacitada para certificar produtos para grau alimentício incidental. | Incorporado.  Para maior esclarecimento, foi introduzido no texto os títulos das normas a que se referem a ISO 21469 e 17065.  Nova redação:  X - certificado de que produto e produtor atendem a norma ISO 21.469 - *Safety of machinery - Lubricants with incidental product contact - Hygiene requirements* - emitido por organização acreditada pela norma ISO 17.065 - *Conformity assessment - Requirements for bodies certifying products, processes and services*, no caso de óleos e graxas lubrificantes para aplicações que requeiram a especificação contato alimentar incidental; |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | **Art. 7°, Inciso X** | De: Art. 7° X- aprovação concedida pela NSF (*National Sanitary Foundation*), no caso de óleos e graxas lubrificantes para contato alimentar incidental H1.  Para: X- aprovação concedida pela NSF (*National Sanitary Foundation*), no caso de todos os óleos e graxas lubrificantes utilizados em indústria de alimentos e bebidas. | Existem vários classificações da NSF para os produtos utilizados na indústria de alimentos e bebidas e todos deveriam ser contemplados e não só o H1. | Não incorporado.  Como a NSF não é a única instituição capacitada para certificar produtos para grau alimentício incidental, a ANP propôs uma nova redação para o inciso X, conforme indicado no item anterior. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso X** | Para a solicitação de registro dos produtos mencionados no artigo 1° deverão ser encaminhados à ANP: | O Simepetro sugere que sejam mencionadas nesse artigo todas as classificações reguladas e controladas pela NSF, devendo-se respeitar, no registro, o que consta como definição na NSF, não se resumindo apenas à classificação H1, conforme está mencionado na sugestão de revisão. Isso dá às empresas que precisam dos lubrificantes total segurança de que tais produtos registrados na ANP passaram por avaliação antes de serem liberados para serem comercializados. | Não incorporado.  Como a NSF não é a única instituição capacitada para certificar produtos para grau alimentício incidental, a ANP propôs uma nova redação para o inciso X, conforme indicado no item anterior. |
| **ANP** | **Art. 7°, inciso XIII** | Alterar para: XIII – para aplicação veicular, 1 (um) litro de amostra de óleo lubrificante, 500mL de amostra de aditivo em frasco ou 1 (um) quilograma de amostra de graxa lubrificante, em um único recipiente. A embalagem deverá conter como rótulo o modelo constante no Anexo VI, devidamente preenchido e assinado pelo responsável técnico perante o CRQ; | Adequação do texto para torná-lo mais claro. | Incorporado.  Nova redação:  XIII – em caso de aplicação veicular, 1 (um) litro de amostra de óleo lubrificante, 500mL de amostra de aditivo em frasco ou 1 (um) quilograma de amostra de graxa lubrificante, em um único recipiente. A embalagem deverá conter como rótulo o modelo constante no Anexo VI, devidamente preenchido e assinado pelo responsável técnico perante o CRQ. Para as demais aplicações, ficará a critério da ANP solicitar amostras; |
| **ANP** | **Art. 7°, inciso XIII** | Criar o inciso XIV com a frase final do inciso XIII:  XIV – para as demais aplicações, ficará a critério da ANP solicitar amostras; | Tornar mais explícita a exigência do inciso XIV. | Não incorporado.  Este inciso foi incorporado no inciso XIII. |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso XIV** | Inexistente. Renumerar incisos deste artigo. | Garantir a sequência dos incisos sem lacunas. | Incorporado. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso XIV** | Falta inserir o inciso XIV, o que provocaria uma renumeração dos incisos subsequentes. | Há uma clara omissão do que deveria ser o inciso XIV do art. 7° na minuta da resolução, o que justifica a proposta de renumeração dos incisos a partir do n° XIII. | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **Art. 7°, inciso XV** | De: “rótulo comercial nacional que atenda todas as exigências descritas no artigo 12 desta Resolução e rótulo estrangeiro, quando for o caso;”  Para: “modelo ou declaração de rótulo”; | Os elementos essenciais necessários à devida orientação do consumidor tais como: marca comercial, número de registro na ANP e demais especificações e propriedades do produto já se encontram descritos claramente no rotulo e contrarrótulo constantes do modelo ou declaração propostos.  Além disso, a alteração sugerida limitará a criatividade da área de comunicação das empresas produtoras voltada à diferenciação visual dos seus produtos pelo consumidor. | Não incorporado.  Há muitas informações no rótulo final que podem levar o consumidor a falso entendimento. Esse é um aspecto de avaliação no ato do registro do produto. Para isso é necessário o envio do rótulo final do produto, visto que o modelo de rótulo ou a declaração contém apenas as informações mínimas. São justamente as informações adicionais que em geral causam falso entendimento por parte do consumidor. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso XV** | rótulo comercial nacional que atenda todas as exigências descritas no artigo 12 desta Resolução e rótulo estrangeiro, quando for o caso e conforme última versão da norma ABNT NBR 14725; | É preciso acrescentar a necessidade de conformidade com a última versão da norma ABNT NBR 14725, tendo em vista a existência de NBR específica em vigência, a fim de evitar informações diferentes nos rótulos dos lubrificantes, atendendo ao GHS considerado na referida NBR. | Não incorporado.  O artigo 12 trata das informações obrigatórias nos rótulos para efeitos de informação ao consumidor e fiscalização da ANP. Isso não implica que outras informações obrigatórias por parte de outros órgãos não possam ser adicionadas. |
| **ANP** | **Art. 7°, Inciso XVI** | De: XVI – relatório dos testes nas sequências IIIG (ASTM D7320), VG (ASTM D6593) e OM 50 11A (ACEA) e/ou de teste internacionalmente aceito que comprove o não prejuízo ao óleo lubrificante, para os aditivos em frasco.  Para: XVI – para os aditivos em frasco, relatório dos testes da mistura do aditivo com o óleo lubrificante automotivo (de categoria API mais recente) nas sequências IIIG (ASTM D7320), VG (ASTM D6593) e OM 50 11A (ACEA) e/ou de teste internacionalmente aceito que comprove o não prejuízo ao desempenho do óleo lubrificante. | Faltou especificar as condições do teste e deixar mais claro o texto. | Incorporado.  Nova redação:  XVI – em casos de aditivos em frasco, relatório dos testes da mistura do aditivo com o óleo lubrificante automotivo de categoria API mais recente, na proporção indicada no rótulo do produto, nas sequências IIIG (ASTM D7320), VG (ASTM D6593) e OM 50 11A (ACEA) e/ou de teste internacionalmente aceito que comprove o não prejuízo ao desempenho do óleo lubrificante. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso XVI** | relatório dos testes das sequências IIIG (ASTM D7320), VG (ASTM D6593) e OM 50 11A (ACEA) e/ou de teste internacionalmente aceito que comprove o não prejuízo ao óleo lubrificante, para os aditivos em frasco; | Simepetro sugere que sejam considerados pela ANP os testes feitos pelas empresas de aditivos, conforme já acontece com os óleos lubrificantes para uso automotivo, em que as empresas de tecnologia desenvolvem e testam todos esses aditivos antes de iniciar a comercialização dos mesmos. | Não incorporado.  Devem ser apresentados os relatórios dos citados testes realizados em óleos lubrificantes acabados após a adição do aditivo em frasco. Os testes poderão ser executados por qualquer laboratório que tenha capacidade para tal. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 7°, Inciso XVII | De: XVII – relatório de testes que comprovem os benefícios descritos no rótulo, para os aditivos em frasco.  Para: XVII – relatório de testes, devidamente acompanhado de documento da empresa fornecedora deste aditivo, que comprovem os benefícios descritos no rótulo, para os aditivos em frasco. | Normalmente a empresa produtora de aditivos já faz estes testes com referência em padrões internacionais, conforme solicitado para os óleos automotivos que são registrados na ANP e são acompanhados destes documentos . | Não incorporado.  Nesse caso dos benefícios, basta a informação do relatório dos testes realizados.  Nova redação:  XVII – em casos de aditivos em frascos, relatório de testes que comprovem os benefícios descritos no rótulo. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, inciso XVII** | relatório de testes feitos pela empresa de tecnologia devidamente acompanhado de documento da empresa fornecedora deste aditivo que comprovem os benefícios descritos no rótulo, para os aditivos em frasco. | O Simepetro sugere que pode substituir o item anterior, considerando que a empresa de tecnologia já faz estes testes com referência em padrões internacionais, conforme é feito para os óleos automotivos que são registrados na ANP e são acompanhados desses documentos fornecidos pelas empresas de tecnologia. | Não incorporado.  Os testes poderão ser realizados em qualquer laboratório que possua capacidade para tal. |
| **ANP** | **Art. 7°, Inciso XVIII** | Inserir o inciso:  XVIII – documentação comprobatória e relatório de testes laboratoriais quando houver qualificação direta ou indireta do produto como lubrificante biodegradável ou com relação a sua ecotoxicidade, bioacumulação, contato alimentar incidental, conteúdo renovável etc., seja em seu rótulo, especificações ou em qualquer meio de divulgação. | Houve grande aumento de solicitações de registro de produtos que utilizam termos com apelo de marketing que necessitam ser comprovados. | Incorporado.  Nova redação:  XVIII – documentação comprobatória e relatório de testes laboratoriais quando houver qualificação direta ou indireta do produto como lubrificante biodegradável ou com relação a sua ecotoxicidade, bioacumulação, contato alimentar incidental, conteúdo renovável, seja em seu rótulo, especificações ou em qualquer meio de divulgação. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 7°, §2°** | No caso de óleos e graxas lubrificantes para contato alimentar incidental, as matérias-primas utilizadas deverão estar de acordo com as aprovadas na NSF para as formulações de lubrificantes H1. | Haja vista se tratar de óleo nas indústrias alimentícias, reitera as sugestões para o art. 7°, caput, devendo seguir as classificações da NSF. | Não incorporado.  As demais classificações da NSF não são consideradas críticas e algumas sequer são passíveis de registro na ANP. |
| **ANP** | **Art. 7°, §2°** | Alterar para:  §2º No caso de óleos e graxas lubrificantes em contato incidental com alimento, as matérias-primas utilizadas deverão estar de acordo com aquelas aprovadas pela instituição competente. | Retirar o nome da instituição já que ela pode não ser a única a emitir certificados. | Incorporado.  Nova redação:  §2º No caso de óleos e graxas lubrificantes utilizados em equipamentos da indústria alimentícia e/ou farmacêutica em que haja risco de contato incidental com alimento e/ou produto, as matérias-primas utilizadas deverão estar de acordo com aquelas aprovadas pela instituição competente. |
| **ANP** | **Art. 9, inciso I** | Trazer a palavra ANEXO I para o início do texto. | Deixar mais claro o texto. | Não incorporado.  Nova redação:  I – ficha de informações do agente econômico da nova empresa detentora de registro, devidamente preenchida pelo requerente, conforme modelo constante do Anexo I; |
| **ANP** | **Art. 10** | Art. 10. A solicitação de inclusão de formulação, grau de viscosidade ou grau NLGI, produtor ou importador em registro existente na ANP deverá ser encaminhada por meio de requerimento, acompanhado por todos os itens exigidos nos artigos 4°, 5° e 7°. (para ficar semelhante ao inc. XVII do art. 2°). | Alinhar com o inc. XVII. | Incorporado.  Nova redação:  Art. 10. A solicitação de inclusão de formulação, grau de viscosidade ou grau NLGI, produtor ou importador em registro existente na ANP, deverá ser encaminhada por meio de requerimento, acompanhado por todos os requisitos exigidos nos artigos 4°, 5° e 7°. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 10** | A solicitação de inclusão de formulação, grau de viscosidade, grau NLGI, produtor ou importador em registro existente na ANP deverá ser encaminhada por meio de requerimento, acompanhado por todos os itens exigidos nos artigos 4°, 5° e 7°.  Parágrafo único. É permitido aos detentores de registro de produtos manter até três formulações alternativas, além da formulação inicial, para cada grau de viscosidade | Considerando que há quatro empresas de aditivos para esta linha de produtos, sugere-se que seja permitido até 03 opções alternativas de formulações para os lubrificantes automotivos, além da formulação inicial, para evitar que alguma empresa de aditivos seja excluída. | Incorporado.  Nova redação:  Parágrafo único. É permitido aos detentores de registro de produtos manter até três formulações alternativas, além da formulação inicial, para cada grau de viscosidade |
| **SINDICOM** | **Art. 10, parágrafo único** | De: “É permitido aos detentores de registro de produtos manter até duas formulações alternativas, além da formulação inicial, para cada grau de viscosidade”  Para: “É permitido aos detentores de registro de produtos manter até três tecnologias de pacotes de aditivos de desempenho, além da formulação inicial, para cada produto”. | Visa garantir a inclusão de todas as tecnologias disponíveis no mercado.  Alternativa de formulação deve se referir exclusivamente à tecnologia de aditivos e não possibilitar outras interpretações sob pena de dificultar sobremaneira a fiscalização de qualidade. | Incorporado Parcialmente.  O número de formulações passou de 2 para 3, porém o texto permaneceu como estava. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | **Art.10, Parágrafo único** | De: Parágrafo único. É permitido aos detentores de registro de produtos manter até duas formulações alternativas, além da formulação inicial, para cada grau de viscosidade  Para: Parágrafo único. É permitido aos detentores de registro de produtos manter até três formulações alternativas, além da formulação inicial, para cada grau de viscosidade | Existem quatro empresas fornecedoras de pacotes de aditivos automotivos no mundo e operando no Brasil. Seria melhor deixar uma livre concorrência entre todas e o produtor de lubrificantes decidir entre elas. | Incorporado, conforme nova redação indicada nas linhas acima. |
| **ANP** | **Art. 11.** | Art. 11. As solicitações de alteração de formulação, grau de viscosidade ou grau NLGI, produtor, importador ou especificação do produto deverão ser encaminhadas por meio de requerimento, acompanhado pelos itens exigidos nos artigos 4°, 5° e 7°, no que couber. | Alinhar com o inc. XVII e adequação do texto. | Incorporado.  Nova redação:  Art. 11. As solicitações de alteração de formulação, grau de viscosidade ou grau NLGI, produtor, importador ou especificação do produto deverão ser encaminhadas por meio de requerimento, acompanhado pelos itens exigidos nos artigos 4°, 5° e 7°, no que couber. |
| **Consumidor** | **Art. 11.** | De: Art. 11. As solicitações de alteração de formulação, grau de viscosidade, grau NLGI, produtor, importador ou especificação do produto deverão ser encaminhados.  Para: Art. 11. As solicitações de alteração de formulação, grau de viscosidade, grau NLGI, produtor, importador ou especificação do produto deverão ser encaminhadas. | Adequação de concordância. | Incorporado.  Conforme nova redação indicada na linha acima. |
| **SINDICOM** | **Art. 11, parágrafo único** | De: “Não serão permitidas alterações de marca comercial e de nível de desempenho nos registros”.  Para: “Não serão permitidas alterações de marca comercial registrada, podendo seu respectivo registro somente ter alterado seu nível de desempenho conforme definido na Seção VII Artigo 15 e incisos.” | Visa reduzir a complexidade do processo de registro e facilitar o monitoramento de qualidade pela ANP. | Incorporado parcialmente.  Nova redação: “Não serão permitidas alterações de marca comercial registrada e de níveis de desempenho API, ACEA, ILSAC, JASO e NMMA nos registros.” |
| **ANP** | **Art. 11, novo parágrafo e renumeração do parágrafo único.** | Inserção do §1º:  §1º É expressamente proibida a produção, importação ou comercialização com as alterações descritas no caput deste artigo previamente à sua publicação no Diário Oficial. | Conforme Item 3.1.16, da Nota Técnica 87/2013/CPT/DF. | Não incorporado.  A disposição contida nesse § já está prevista no artigo 17 e seus parágrafos. |
| **ANP** | **Art. 12.** | Art. 12. O produto envasilhado deverá apresentar na embalagem informações, em português, de forma a não induzir o consumidor a erro com respeito à natureza e às características do produto, constando em seu rótulo as seguintes informações mínimas: | Interpretação subjetiva, retirada do termo “clara”. | Incorporado.  Nova redação:  Art. 12. O produto envasilhado deverá apresentar na embalagem informações, em português, de forma a não induzir o consumidor a erro com respeito à natureza e às características do produto, constando em seu rótulo as seguintes informações mínimas: |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | **Art. 12.** | De: Art. 12. O produto envasilhado deverá apresentar na embalagem informações claras, em português, de forma a não induzir o consumidor a erro com respeito à natureza e às características do produto, constando em seu rótulo as seguintes informações mínimas:  Para: Art. 12. O produto envasilhado deverá apresentar na embalagem informações claras, em português, conforme última versão da norma ABNT NBR 14725, de forma a não induzir o consumidor a erro com respeito à natureza e às características do produto, constando em seu rótulo as seguintes informações mínimas: | Esta sugestão deve-se ao fato de já existir uma NBR específica em vigência e que precisa ser adotada como regra para que não tenhamos informações diferentes nos rótulos dos lubrificantes. | Não incorporado.  A norma NBR 14725, em sua parte 2, desenvolve Sistema de Classificação de Perigo para produtos químicos. Na parte 3, desenvolve informações necessárias sobre saúde, segurança e meio ambiente de produtos químicos. A norma prevê pictogramas e figuras com indicação de risco, frases de perigo, etc. A norma não se aplica somente a lubrificantes, mas a todo tipo de produto químico. Essa norma implementa as regras estabelecidas pela ONU para a segurança de produtos químicos através do GHS. O MDIC e o MTE são os órgãos que regulamentam a obrigatoriedade da aplicação das regras da norma NBR 14725 para produtos químicos. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 12** | Art. 12. O produto envasilhado deverá apresentar na embalagem informações claras, em português, de forma a não induzir o consumidor a erro com respeito à natureza e às características do produto, constando em seu rótulo as seguintes informações mínimas e conforme última versão da norma ABNT NBR 14725: | É preciso acrescentar a necessidade de conformidade com a última versão da norma ABNT NBR 14725, tendo em vista a existência de NBR específica em vigência, a fim de evitar informações diferentes nos rótulos dos lubrificantes, atendendo ao GHS considerado na referida NBR. | Não incorporado.  Idem ao anterior. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 12, Inciso II | De: II – grau de viscosidade segundo as normas, em suas últimas versões, SAE J300 (*Society of Automotive Engineers*) ou ISO (*International Organization for Standardization*) para óleo lubrificante, e grau de consistência NLGI (*National Lubricating Grease Institute*) para graxa; para óleos multiviscosos deverá ser indicado sempre o grau SAE mais restritivo;  Para: II – grau de viscosidade segundo as normas, em suas últimas versões, SAE J300 (*Society of Automotive Engineers*) ou ISO (*International Organization for Standardization*) para óleo lubrificante, e grau de consistência NLGI (*National Lubricating Grease Institute*) para graxa; | A SAE J300 já especifica as viscosidades para os óleos multiviscosos, e falar em grau mais restritivo pode gerar confusão. | Não incorporado.  A norma SAE J300 diz que a expressão do grau SAE multiviscoso deverá ser sempre no grau mais restritivo. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | **Art. 12, Inciso IV** | De: IV – concentração máxima do produto com os alimentos, no caso de lubrificantes para contato alimentar incidental;  Para: Retirar | A classificação NSF para os diversos níveis já aborda a possibilidade de contaminação, então não faria sentido colocar uma concentração de lubrificantes em alimentos. | Incorporado.  Removido o inciso IV do art. 12 e renumerado os demais incisos. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 12, inciso IV** | concentração máxima do produto com os alimentos, no caso de lubrificantes para contato alimentar incidental; | Simepetro sugere que sejam mencionadas nesse inciso todas as classificações adotadas pela NSF com suas devidas observações de aplicações e critérios técnicos, pois a forma como a exigência está elaborada na revisão não traria clareza nem melhoria ao mercado de lubrificantes para indústria alimentícia. Porém, se adotadas todas as especificações da NSF, o mercado poderá ir se familiarizando nas especificações e consequentemente ter referência sobre as diferenças entre as denominações de produtos para o segmento das indústrias alimentícias, tendo em vista que a NSF considera todas as especificações e não apenas a H1 mencionada na versão inicial da ANP para consulta. | Não incorporado.  As outras classes que não H1 não atendem requisitos para contato alimentar incidental. |
| **SINDICOM** | **Art. 12, inciso VI** | De: “razão social, n° do CNPJ e endereço do produtor, indicando de forma expressa tratar-se do produtor, em caso de produto nacional.”  Para: “razão social, n° do CNPJ e endereço do detentor, indicando de forma expressa tratar-se do detentor e produtor, em caso de produto nacional.” | Assegurar os casos em que o produtor e detentor são uma única pessoa. | Incorporado.  Nova redação:  VI - razão social, n° do CNPJ e endereço do detentor, indicando de forma expressa tratar-se do detentor e produtor, em caso de produto nacional; |
| **SINDICOM** | **Art. 12, incisos VII, VIII e IX** | Alterar a redação suprimindo a exigência de informação do endereço do produtor e importador no caso de produto fabricado por terceiro. | Os dados de endereço já estão atrelados ao CNPJ. Reduzir o número de informações em duplicidade no espaço exíguo do rótulo | Incorporado Parcialmente.  Permaneceu a exigência do endereço do importador no inciso VIII, pois o importador é o detentor, devendo ser mantido o mesmo critério que no inciso VII.  Nova redação:  VII – razões sociais e nos de CNPJ do produtor e do detentor de registro, e o endereço desse último, indicando de forma expressa o detentor de registro e a empresa produtora, em caso de produto nacional produzido por terceiro;  VIII – razão social, nº de CNPJ e endereço do importador e nome e país de origem do produtor estrangeiro, indicando de forma expressa a empresa detentora e a produtora, em caso de produto importado pelo detentor do registro;  IX – razões sociais e nOS de CNPJ do importador e do detentor do registro, endereço desse último e nome e país de origem do produtor, indicando de forma expressa a empresa detentora do registro, o importador e o produtor, em caso de produto importado por terceiro; |
| **SINDICOM** | **Art. 12, inciso X** | De: “nome e número de inscrição no órgão de classe, CRQ, do responsável técnico, que deverá ser o mesmo que assina os anexos III, IV e V;”  Para: “nome e número de inscrição no órgão de classe, CRQ, do responsável técnico, que deverá ser o mesmo que assina os anexos II, III, IV e V;” | Não havia indicação de necessidade de assinatura do anexo II | Incorporado.  Nova redação:  X - nome e número de inscrição no órgão de classe, CRQ, do responsável técnico, que deverá ser o mesmo que assina os anexos II, III, IV e V; |
| **SIMEPETRO** | **Art. 12, inciso X** | Nome e número de inscrição no órgão de classe, CRQ, do responsável técnico que deverá ser o mesmo que assina os anexos II, III, IV e V | O SIMEPETRO propõe que seja incluído o Anexo II como referência do responsável técnico. | Incorporado, conforme nova redação indicada na linha acima. |
| **SINDICOM** | **Art. 12, inciso XIV** | De: “orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme legislação federal vigente, que deverá ser citada;”  Para: “orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme legislação federal vigente;” | As referências à legislação não agregam informação específica à orientação de como deve proceder o consumidor, sendo portanto irrelevantes. A mera mudança de legislação sem alteração do procedimento exigiria alteração do rótulo gerando custos. Reduzir o numero de informações no espaço exíguo do rótulo | Incorporado.  Nova redação:  XIV - orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme legislação federal vigente; |
| **SIMEPETRO** | **Art.12°, inciso XIV** | Orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme legislação federal vigente. | É necessária a supressão da expressão *“que deverá ser citada”*, pois com a citação da legislação vigente no rótulo, haverá informações em demasia para serem ali colocadas, o que irá dificultar a diagramação e prejudicar o devido destaque às informações mais relevantes. | Incorporado, conforme nova redação indicada na linha acima. |
| **Agente - Marco Antonio Sesquim** | **Art. 12, inciso XVII** | “PRODUTO NÃO RECOMENDADO PELO FABRICANTE DE VEICULOS” | Aditivo aftermark p/ óleo lubrificantes | Não incorporado.  Embora o produto não seja recomendado pelos fabricantes de veículos em geral, preferiu-se a advertência "Esse produto não é considerado essencial. Consulte o fabricante do veículo sobre seu uso". |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 12, Inciso XVIII | De: XVIII – a frase “RECOMENDADO SOMENTE PARA API SL/CI-4 OU INFERIORES”, para aditivos em frasco com registro ativo concedido até a publicação desta Resolução, mediante comprovação da sequencia IIIF.  Para: Retirar | Essa frase pode ser ambígua, pois parece que a ANP está concordando com a necessidade de um produto API SL/CI4 precisar de aditivos em frasco. Não se pode dizer que um nível dessa qualidade precisa dessa recomendação. | Parcialmente incorporado.  Foi corrigida a ambiguidade do texto, que permaneceu no inciso XVIII do art. 12, conforme abaixo.  Nova redação:  “APLICÁVEL SOMENTE PARA API SL/CI-4 OU INFERIORES” para aditivos em frasco com registro ativo concedido até a publicação desta Resolução, mediante comprovação da sequência IIIF. |
| **SIMEPETRO** | **Art.12, inciso XVIII** | EXCLUIR | A recomendação contida nesse inciso passa a impressão de que óleos destas classificações mencionadas estariam subaditivadas, razão pela qual se sugere uso de aditivo complementar, o que não é verdade. Desse modo, imprescindível a exclusão do inciso. | Parcialmente incorporado, conforme item anterior. |
| **Agente - TECLUB** | **Art. 12, § 1°** | De: §1ºA identificação do lote e da data de fabricação deverão ser impressos na embalagem durante o processo de envasilhamento, não podendo ser impressos previamente no rótulo.  Para: §1º A identificação do lote e da data de fabricação deverão ser impressos na embalagem ou no rótulo durante o processo de envasilhamento. | Este parágrafo tem o objetivo de garantir que as empresas estão controlando seus lotes e datando de maneira correta e legal seus produtos, no entanto a impressão dessas informações pelo sistema de hot stamping (feita no rótulo) é em média 3 vezes mais barata que a impressão por jato de tinta (Ink Jet, que permite impressão nos frascos) e o custo da máquina que faz essa impressão é 6 vezes maior que o cabeçote de impressão hot stamping, ou seja, o custo de produção do pequeno produtor será consideravelmente alterado, além de obrigar o mesmo a fazer um investimento relativamente alto em um novo maquinário. Para o consumidor, o que importa é a informação correta na embalagem e não onde ou como foi impressa. A ANP vai conseguir saber se o produtor está burlando essas informações somente com uma fiscalização in loco, pois os dois tipos de impressão permitem que sejam realizados independentemente do envase, o que ao nosso ver, não atingi o objetivo da mudança na legislação. A obrigatoriedade da impressão ser durante o processo de envasilhamento é o que deve constar na nova resolução, assim, no caso de uma fiscalização, a empresa que tiver embalagens rotuladas e com dados de fabricação e lote impressos, poderão ser autuadas*.* | Incorporado.  Nova redação:  §1º A identificação do lote e da data de fabricação deverão ser impressos na embalagem ou no rótulo durante o processo de envasilhamento. |
| **ANP** | **Art. 13, inciso novo** | Inserção do inciso:  IV – não atendimento às exigências dos artigos 8° e 9° nos prazos estabelecidos;  E renumeração dos incisos. | Deixar claro as punições em decorrência do não atendimento dos prazos estabelecidos nos artigos 8° e 9°. | Não incorporado, tendo em vista que o inciso IV já prevê a revogação em caso de não atendimento ao disposto na Resolução. |
| **ANP** | **Art. 14.** | É vedada a utilização de extrato aromático e óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) na produção de óleos e graxas lubrificantes e de aditivos em frascos. | Sugerimos definir o termo “oluc” no art. 2°, alinhado às com as RANP’s 16 a 20/09. | Parcialmente incorporado.  Inclusão do termo OLUC no artigo, porém não se considerou necessário defini-lo no artigo 2°.  Nova redação:  É vedada a utilização de extrato aromático e óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) na produção de óleos e graxas lubrificantes e de aditivos em frascos. |
| **ANP** | **Art. 14.** | Inclusão de novo artigo Art. X. É vedado o uso de óleo básico naftênico em óleos lubrificantes para motores automotivos e aditivos em frascos. | Separar duas proibições diferentes em artigos distintos. | Incorporado.  Nova redação:  Art. 15. É vedado o uso de óleo básico naftênico em óleos lubrificantes para motores automotivos e em aditivos em frascos. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 15** | Os níveis mínimos de desempenho para óleos lubrificantes são para: | A supressão da expressão “permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação” é imprescindível devido ao sentido de proibição que estabelece para os produtos abaixo dos níveis mínimos de desempenho.  Conforme exposto na sugestão de alteração do preâmbulo, é essencial que não sejam proibidas a produção, importação, comercialização e registros dos  lubrificantes com níveis de desempenho baseados nos padrões API SF e API CF.  Referida proibição afrontaria o princípio da legalidade, ultrapassando os limites do poder normativo das agências reguladoras, ao agir além do que a lei lhe permite.  A finalidade dos atos administrativos praticados pelas agências reguladoras deve corresponder ao interesse público, de modo a evitar que os consumidores sejam lesados ao consumir os produtos e serviços regulados por essas agências. O ato de vetar a produção dos lubrificantes em questão não corresponde a tal finalidade, uma vez que a permanência destes no mercado não seria prejudicial aos consumidores.  Ao contrário, os consumidores também seriam prejudicados com a retirada de tais produtos do mercado, visto que perderiam a opção de comprar um produto mais barato e que seria satisfatório à finalidade pretendida pelo consumidor.  Vale destacar que os proprietários de veículos de frotas mais antigas, com motores dos ciclos Otto e Diesel, podem utilizar os óleos considerados obsoletos sem prejuízo para o desempenho dos motores.  Haveria, ainda, forte impacto negativo no mercado, afetando principalmente os pequenos produtores, que teriam grande dificuldade para se adaptar, ou até mesmo não conseguiriam se adaptar, ocasionando, pois, afronta ao disposto no art. 170, IX, da Constituição Federal.  Por essas razões, a sugestão do SIMEPETRO é que os óleos com nível de desempenho inferior aos mencionados nesse artigo não sejam proibidos de serem registrados, produzidos, comercializados e importados, mas apenas que sejam rotulados como “obsoletos” conforme sugestões de alteração no art. 21, o que seria suficiente para proteger os consumidores de eventual equívoco na aquisição. Assim, os produtos com o nível de desempenho abaixo do estabelecido na revisão da resolução n° 10 continuariam cumprindo as suas finalidades no mercado, quais sejam, de atender a demanda de lubrificantes para motores desenvolvidos na década de 80 (motores do ciclo Otto) e na década de 90 (motores do ciclo Diesel), e haveria a informação aos proprietários de veículos com motores modernos de que esses produtos possuem uma tecnologia obsoleta não indicada. Consequentemente, os interesses do consumidor quanto à qualidade dos produtos serão protegidos.  Ainda, o SIMEPETRO defende como prazo razoável para adaptação aos níveis mínimos de desempenho os prazos indicados também nas sugestões de alteração do art. 21 e do art.22. | Não incorporado.  A Agência pode proibir a produção de produtos de tecnologia obsoleta se considerar que isso trará benefícios ao mercado e ao consumidor brasileiro. Quanto aos prazos também não foram incorporados em razão de serem protelatórios e de essa retirada de produtos obsoletos já estar ocorrendo tardiamente. A ANP já discute com o mercado sobre essa transição desde 2010.  O Relatório Final da Avaliação do Impacto Regulatório mostra que a diferença de custo para produção não é tão elevada. O citado relatório também informa qual o parecer dado pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência da ANP, a qual é reproduzido abaixo:  “Quanto ao mercado de lubrificantes automotivos, considerando que os níveis de desempenho dos óleos lubrificantes automotivos estão relacionados aos avanços da indústria automobilística, julga que, em princípio, eventual prejuízo à concorrência seria amplamente compensado pelo aumento de eficiência do produto, redução do impacto ambiental e pela proteção dos interesses do consumidor.” |
| **SINDICOM** | **Art. 15, inciso I** | De: “motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 e ACEA (2012);”  Para: “motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 e ACEA vigente;” | Alinhamento com as regras da ACEA,  tendo em vista a existência de classificações ACEA anteriores que se encontram em vigor. | Incorporado.  Nova redação:  I - motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 e ACEA vigente; |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 15, Inciso I | De: I - motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 e ACEA (2012)  Para: I - motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 ou ACEA (2012) | A conjunção “ou” é mais apropriada, uma vez que existem óleos que podem atender apenas ao API. Atender às duas entidades é uma opção que fica a critério da empresa e de sua estratégia de mercado. | Não incorporado.  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e”, visto que a data limite é estabelecida para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três.  A conjunção "e" não obriga que um lubrificante tenha que atender todos esses níveis, mas que não pode declarar nenhum nível de desempenho inferior a estes. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 15, inciso I** | motores automotivos ciclos Otto e Diesel: API SJ, API CG-4 ou ACEA (2012); | Considerando a existência de aditivos que atendem apenas especificações API e outros que atendem API e ACEA, e que esta opção fica a critério da empresa e o mercado que a mesma quer atender, o conectivo aditivo “e” deve ser substituído pelo conectivo alternativo “ou” para que não tenha o sentido que é necessário ACEA em todos os óleos. | Não incorporado.  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e” visto que a data limite é estabelecida para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três.  A conjunção "e" não obriga que um lubrificante tenha que atender todos esses níveis, mas que não pode declarar nenhum nível de desempenho inferior a estes. |
| **SINDICOM** | **Art. 15, inciso V** | Não estabelecer nível para engrenagens e caixas de câmbio automotivas. | Devido à complexidade e abrangência das especificações vigentes | Incorporado.  Removido inciso V do art. 15. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 15, Inciso VI | De: VI - transmissão automática automotiva: Dexron III  Para: Retirar | A posição de muitos fabricantes de óleo é de que o volume de óleos comercializados com classificações TASA e também Dexron II é bastante significativo, e existem aplicações que recomendam esses óleos. | Incorporado.  Removido o inciso VI do art. 15. |
| **SINDICOM** | **Art. 15, inciso VI** | Não estabelecer nível para transmissão automática automotiva. | Devido à complexidade e abrangência das especificações vigentes | Incorporado. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 15, inciso VI** | EXCLUIR | Considerando o volume de óleos comercializados com classificações TASA e também Dexron II sugere-se não restringir uso de óleos para esta aplicação com nível mínimo Dexron II, mas manter-se como está atualmente, o que significa não estabelecer nível mínimo, o que justifica a exclusão do inciso. | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **Art. 15, novo inciso** | Incluir novo inciso para motores 4T para motocicletas: JASO T903 | Devido à crescente importância do segmento de óleos para motocicletas | Parcialmente incorporado.  Nova redação:  V - Motores 4 tempos de motocicletas: norma JASO T903 combinada aos níveis mínimos estabelecidos para ciclo Otto no inciso I deste artigo. |
| **SINDICOM** | **Art. 16** | De: “Fica estabelecido que a partir de 1° de julho de 2016 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 e ACEA (2014).”  Para: “Fica estabelecido que a partir de 1° de julho de 2016 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 e ACEA vigente”. | Alinhamento com as regras da ACEA,  tendo em vista a existência de classificações ACEA anteriores que se encontram vigentes. | Incorporado.  O Art. 16 passou a ser Art. 17.  Nova redação:  Art. 17. Fica estabelecido que a partir de 1° de janeiro de 2017 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 e ACEA vigente. |
| **Comissão de lubrificantes do IBP** | Art. 16 | De: Art. 16. Fica estabelecido que a partir de 1° de julho de 2016 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 e ACEA (2014).  Para: Art. 16. Fica estabelecido que a partir de 1° de julho de 2016 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 ou ACEA (2014). | A conjunção “ou” é mais apropriada, uma vez que existem óleos que podem atender apenas ao API. Atender às duas entidades é uma opção que fica a critério da empresa e de sua estratégia de mercado. | Não incorporado.  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e” visto que a data limite é estabelecida para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três.  A conjunção "e" não obriga que um lubrificante tenha que atender todos esses níveis, mas que não pode declarar nenhum nível de desempenho inferior a estes. |
| **SIMEPETRO** | **Art.16** | Fica estabelecido que a partir de 1 de Julho de 2016 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos Ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registros, comercialização, produção ou importação estabelecidos nos inciso I do artigo 15° serão: API SL, API CH-4 ou ACEA (2014) | Considerando a existência de aditivos que atendem apenas especificações API e outros que atendem API e ACEA, e que esta opção fica a critério da empresa e o mercado que a mesma quer atender e que nem todos os óleos comercializados precisam obrigatoriamente atender ambas as exigências, o conectivo aditivo “e” deve ser substituído pelo conectivo alternativo “ou” para que não tenha o sentido que é necessário ACEA em todos os óleos. | Não incorporado.  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e” visto que a data limite é estabelecida para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três.  A conjunção "e" não obriga que um lubrificante tenha que atender todos esses níveis, mas que não pode declarar nenhum nível de desempenho inferior a estes. |
| **ANP** | **Art. 16** | Alteração da data de 01/07/2016 para 01/01/2017. | Devido ao atraso no cronograma da revisão da resolução, considera-se adequado adiar o prazo limite. | Incorporado.  O Art. 16 passou a ser Art. 17.  Nova redação:  Art. 17. Fica estabelecido que a partir de 1° de janeiro de 2017 os novos níveis mínimos de desempenho dos óleos lubrificantes para motores automotivos ciclos Otto e Diesel permitidos para fins de registro, comercialização, produção ou importação estabelecidos no inciso I do artigo 15 serão: API SL, API CH-4 e ACEA vigente. |
| **ANP** | **Art. 17** | Alterar texto para:  Art. 17. A aprovação do registro do produto nos casos de registro novo, inclusão, alteração, transferência de titularidade mencionados nesta Resolução, se dará a partir da publicação no Diário Oficial da União. | Adequação de texto. | Incorporado.  O Art. 17 passou a ser Art. 18.  Nova redação:  Art. 18. A aprovação do registro do produto nos casos de registro novo, inclusão, alteração, transferência de titularidade mencionados nesta Resolução, se dará a partir da publicação no Diário Oficial da União. |
| **SINDICOM** | **Art. 17, § 1°** | De: “A comercialização ou importação dos produtos, de que trata esta Resolução, somente poderá ocorrer após a aprovação do registro nos casos previstos no caput deste artigo.”  Para: “A comercialização dos produtos, de que trata esta Resolução, somente poderá ocorrer após a aprovação do registro nos casos previstos no caput deste artigo.” | Face às diferentes características e cronogramas dos processos de aprovação envolvendo lubrificantes fabricados no país e importados há necessidade de tratá-los separadamente em dispositivos/parágrafos distintos. | Não incorporado.  Não há necessidade de tratar importação e comercialização separadamente nesse artigo. O acatamento de tal proposta acarretaria a entrada no país de produtos que não teriam registro, já que grande parte das solicitações de registro, atualmente, são indeferidas por informações ausentes ou incorretas no processo. |
| **ANP** | **Art. 17, §1°** | §1° A comercialização ou importação dos produtos de que trata esta Resolução somente poderá ocorrer após a aprovação do registro nos casos previstos no *caput* deste artigo. | Retirar as vírgulas, sentido restritivo e não explicativo. | Incorporado. |
| **ANP** | **Art. 17, §1°** | Exlusão deste §1°, pois ele é redundante. Já foi sugerida a inclusão de outro §1° no artigo 11. | Deixar o texto menos repetitivo. | Não incorporado.  A inclusão sugerida no artigo 11 não foi incorporada.  Nova redação, conforme apresentado na Audiência Pública:  §1° A comercialização, importação ou envasilhamento dos produtos de que trata esta Resolução somente poderá ocorrer após a aprovação do registro nos casos previstos no *caput* deste artigo.  A figura do envasilhamento foi incorporada neste parágrafo para estabelecer que o produtor somente poderá realizar este procedimento depois que for concedido o registro pela Agência, com sua publicação no Diário Oficial da União (DOU). Somente assim, é possível identificar irregularidades de registro desatualizado (inclusive nova formulação) ou de produtos sem registro no produtor, antes da comercialização. Esta medida visa tornar a fiscalização mais efetiva no produtor de lubrificantes. |
| **SINDICOM** | **Art. 17, § 3° (INCLUSÃO)** | “A liberação da licença de importação, de que trata esta Resolução, poderá ocorrer mediante protocolo de solicitação de registro nos casos previstos no caput deste artigo.” | Devido aos prazos envolvidos nos processos, de aprovação do registro e importação /desembaraço aduaneiro, há necessidade de atividades em paralelo com vistas à redução do tempo para disponibilizar os produtos com maior agilidade ao consumidor. | Não incorporado.  O protocolo de solicitação de registro não dá nenhuma garantia que o processo foi instruído com as informações mínimas e/ou corretas. A liberação prévia da licença de importação causaria a enxurrada de entrada de produtos sem registro no país. |
| **ANP** | **Art. 20.** | Art. 20. Fica concedido o prazo de 180 dias a contar da data de publicação desta Resolução para o atendimento dos incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XVI, XVII e XVIII do artigo 12. | Atenção às Regras de transição.  As regras antigas estão sendo revogadas pelo art. 28 e as novas ainda não estão sendo contempladas. Durante os 180 dias, quais as regras ficarão valendo? | Incorporado.  O Art. 20 passou a ser Art. 21.  Nova redação e incluído parágrafo único:  Art. 21. Para os detentores de registros em vigor, fica concedido o prazo de 180 dias, a contar da data de publicação desta Resolução, para o atendimento do artigo 12.  Parágrafo único. Durante a vigência do prazo estabelecido no caput deste artigo permanecem as exigências de rótulo constantes nos artigos 5º e 7° da Resolução ANP nº 10, de 9 de março de 2007, conforme o caso. |
| **ANP** | **Art. 20** | Retirada da citação do inciso XVI. | Essa obrigatoriedade já consta na RANP 10/2007, não sendo necessário novo prazo para seu atendimento. | Não incorporado.  A redação foi alterada conforme descrita no item anterior. |
| **SINDICOM** | **Art. 20** | De: “Fica concedido o prazo de 180 dias a contar da data de publicação desta Resolução para o atendimento dos incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XVI, XVII e XVIII do artigo 12;”  Para: “Fica concedido o prazo de 360 dias a contar da data de publicação desta Resolução para o atendimento dos incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XVI, XVII e XVIII do artigo 12;” | Necessidade de alinhamento / adequação ao cronograma estabelecido pela NBR- 14.725 que tem como início de vigência o mês de junho de 2015. | Não incorporado.  O prazo dado não pode se pautar na previsão da revisão de uma norma. A implementação das mudanças de rotulagem previstas na NBR 14.725 deverão ter prazo próprio a ser estabelecido por instituição competente. |
| ANP | Art. 20, novo parágrafo | Inserção do parágrafo:  Parágrafo único. Durante a vigência desse prazo permanecem as exigências de rótulo constantes nos incisos IV, V e IX do artigo 5º e incisos III, IV e VIII do artigo 7° da Resolução ANP nº 10, de 9 de março de 2007. | Deixar claras as regras no período de transição | Incorporado parcialmente.  Nova redação, conforme apresentada em itens anteriores:  Parágrafo único. Durante a vigência do prazo estabelecido no caput deste artigo permanecem as exigências de rótulo constantes nos artigos 5º e 7° da Resolução ANP nº 10, de 9 de março de 2007, conforme o caso. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 20** | Fica concedido o prazo de 360 dias a contar da data de publicação desta resolução para o atendimento dos incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XVI, XVII e XVIII do artigo 12. | A sugestão de alteração de prazo, feita pelo SIMEPETRO, de 180 dias para 360 dias da data da publicação se justifica pelo fato de que a vigência da exigência ao atendimento da NBR 14 725 que tem data prevista como obrigatoriedade a partir de 05/2015. | Não incorporado.  O prazo dado não pode se pautar na previsão da revisão de uma norma. A implementação das mudanças de rotulagem previstas na NBR 14.725 deverão ter prazo próprio a ser estabelecido por instituição competente. |
| **ANP** | **Art. 21** | Alterar para:  Art. 21. Ficam concedidos os seguintes prazos para atendimento dos níveis mínimos estabelecidos nos incisos I e V do artigo 15 desta Resolução: | Devido a alteração do inciso V no art. 15. | Incorporado.  O Art. 21 passou a ser Art. 22.  Nova redação:  Art. 22. Ficam concedidos os seguintes prazos para atendimento dos níveis mínimos estabelecidos nos incisos I e V do artigo 16 desta Resolução:  I – até 31/12/2014 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;  II – até 31/03/2015 poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;  III – até 30/06/2015 poderá ocorrer comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF. |
| **SINDICOM** | **Art. 21, inciso I** | De: “até 30/6/2014 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;”  Para: “até 180 dias contados da publicação desta Resolução poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;” | Visa adequação de toda a cadeia de fornecimento de insumos e estoques de produtos de fabricação nacional e importados. | Não incorporado.  O prazo foi dilatado além do solicitado. |
| **ANP** | **Art. 21. Inciso I** | I – até 30/06/2014 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF; | Alinhar o formato das datas do art. 21, i, ii e iii, e art. 22, i, ii e iii. | Incorporado, conforme nova redação indicada acima. |
| **ANP** | **Art. 21. Incisos I, II e III** | Alterar datas para:  Inciso I: 31/12/2014  Inciso II: 31/03/2015  Inciso III: 30/06/2015 | Devido ao atraso no cronograma da revisão da resolução, considera-se adequado adiar o prazo limite. | Incorporado, conforme nova redação indicada acima. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 21, inciso I, II e III** | Ficam concedidos os seguintes prazos para atendimento dos níveis mínimos estabelecidos no inciso I do artigo 15 desta Resolução:  I – até 30/06/2016 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF sem a indicação no rótulo sobre a obsolescência;  II – até 30/09/2016 poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF sem a indicação no rótulo sobre a obsolescência;  III – até 30/03/2017 poderá ocorrer comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF sem a indicação no rótulo sobre a obsolescência; | A revisão da Resolução n° 10 da ANP pretende que os produtores/importadores de lubrificante acabado tenham de descontinuar seus produtos com níveis de desempenho obsoletos, deslocando-os no mercado para os novos níveis mínimos. Dentro desse grupo, os pequenos produtores/importadores tendem a ser mais afetados, por possuírem óleos de nível de desempenho obsoleto com maior participação no total de suas vendas.  Desse modo, estabelecer um prazo tão curto para a adaptação da produção e importação ao patamar mínimo (previsto para 30/06/2013), inviabilizará a permanência no mercado de diversos produtores e importadores.  A razoabilidade e a proteção da livre concorrência exigem que seja conferido um prazo mais dilatado, com a prorrogação do prazo em 2 anos, para a adaptação ao patamar mínimo e para que os produtores que não conseguirem o nível mínimo possam indicar a obsolescência do lubrificante no rótulo do produto, sendo permitida continuidade de sua produção. | Não incorporado.  O Relatório Final da Avaliação do Impacto Regulatório mostra que a diferença de custo para produção não é tão elevada. O citado relatório também informa qual o parecer dado pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência da ANP, a qual é reproduzido abaixo:  “Quanto ao mercado de lubrificantes automotivos, considerando que os níveis de desempenho dos óleos lubrificantes automotivos estão relacionados aos avanços da indústria automobilística, julga que, em princípio, eventual prejuízo à concorrência seria amplamente compensado pelo aumento de eficiência do produto, redução do impacto ambiental e pela proteção dos interesses do consumidor.”  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e” visto que as datas limite são estabelecidas para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três. |
| **SINDICOM** | **Art. 21, inciso II** | De: “até 30/9/2014 poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;”  Para: “até 360 dias contados da publicação desta Resolução poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SF e API CF;” | Complexidade da logística em razão da extensão territorial. | Não incorporado.  Devido ao atraso no cronograma da revisão da resolução, os prazos previstos no art. 21 foram prorrogados para melhor adequação dos agentes econômicos. |
| **SINDICOM** | **Art. 21, § 2°** | De: “Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no inciso I do art. 15 serão revogados.”  Para: “Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no inciso I do art. 15 serão revogados, competindo aos estabelecimentos comerciais a destinação ambientalmente adequada dos estoques residuais de sua propriedade.” | Os fabricantes não têm controle sobre a comercialização dos seus produtos após sua distribuição aos diversos segmentos varejistas. Por conseguinte não podem ser responsabilizados / onerados em razão da inércia de estabelecimentos do varejo, além dos limites da disponibilização do sistema de logística reversa do OLUC. | Não incorporado.  Não cabe a esta Resolução estabelecer a responsabilidade sobre a destinação de produtos remanescentes. A destinação ambientalmente adequada é estabelecida na Resolução CONAMA N°362/2005. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 21, §2°** | §2° Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no art. 15 deverão indicar nos rótulos a sua obsolescência com a expressão “OBSOLETOS”. | Considerando que dentre as atribuições da ANP não consta a proibição da produção e importação de produtos, é razoável que a não observâncias dos prazos estabelecidos não implique na revogação dos registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos na revisão da Resolução n° 10.  Assim, o SIMEPETRO propõe que os produtos com o desempenho mínimo ao estabelecido no art. 15 ° não sejam proibidos de serem fabricados, mas que apenas indiquem nos rótulos a expressão “OBSOLETOS”, o que é absolutamente suficiente para a devida informação e proteção ao consumidor, garantindo-se ainda a possibilidade de escolha aos consumidores proprietários de veículos de frotas mais antigas. | Não incorporado.  É atribuição da ANP garantir a qualidade dos produtos derivados de petróleo comercializados no Brasil e, portanto, também é atribuição da Agência a proibição da comercialização de produtos com qualidade inferior ao mínimo necessário para o desempenho almejado. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 22, inciso I, II e III** | Ficam concedidos os seguintes prazos para as mudanças de níveis mínimos estabelecidos no art. 16 desta Resolução:  I – até 30/06/2018 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 ou ACEA (2012);  II – até 30/09/2018 poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 ou ACEA (2012);  III – até 30/03/2019 poderá ocorrer comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 ou ACEA (2012); | A revisão da Resolução n° 10 da ANP pretende que os produtores/importadores de lubrificante acabado tenham de descontinuar seus produtos com níveis de desempenho obsoletos, deslocando-os no mercado para os novos níveis mínimos. Dentro desse grupo, os pequenos produtores/importadores tendem a ser mais afetados, por possuírem óleos de nível de desempenho obsoleto com maior participação no total de suas vendas.  Desse modo, estabelecer um prazo tão curto para a adaptação da produção e importação ao patamar mínimo (previsto para 30/06/2016) inviabilizará a permanência no mercado de diversos produtores e importadores.  A razoabilidade e a proteção da livre concorrência exigem que seja conferido um prazo mais dilatado, com prorrogação do prazo em 2 anos para a adaptação ao patamar mínimo e para que os produtores que não conseguirem o nível mínimo possam indicar a obsolescência do lubrificante no rótulo do produto, sendo permitida continuidade de sua produção.  Ainda, é necessário pontuar novamente que, considerando a existência de aditivos que atendem apenas especificações API e outros que atendem API e ACEA, e que esta opção fica a critério da empresa e o mercado que a mesma quer atender e que nem todos os óleos comercializados precisam obrigatoriamente atender ambas as exigências, o conectivo aditivo “e” deve ser substituído pelo conectivo alternativo “ou” para que não tenha o sentido que é necessário ACEA em todos os óleos. | Não incorporado.  O Relatório Final da Avaliação do Impacto Regulatório mostra que a diferença de custo para produção não é tão elevada. O citado relatório também informa qual o parecer dado pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência da ANP, a qual é reproduzido abaixo:  “Quanto ao mercado de lubrificantes automotivos, considerando que os níveis de desempenho dos óleos lubrificantes automotivos estão relacionados aos avanços da indústria automobilística, julga que, em princípio, eventual prejuízo à concorrência seria amplamente compensado pelo aumento de eficiência do produto, redução do impacto ambiental e pela proteção dos interesses do consumidor.”  Com relação ao uso do conectivo “ou” ao invés de “e”, constata-se que o correto é o “e” visto que as datas limite são estabelecidas para os três níveis de desempenho e que isto não implica que todo óleo deva ter os três. |
| **SINDICOM** | **Art. 22, inciso I, II e III e § 1°** | De: “ACEA (2012)”  Para: “ACEA vigente”. | Alinhamento com as regras da ACEA ,tendo vista a existência de classificações ACEA anteriores que se encontram vigentes. | Incorporado.  O Art. 22 passou a ser Art. 23.  Nova redação:  Art. 23. Ficam concedidos os seguintes prazos para as mudanças de níveis mínimos estabelecidas no art. 17 desta Resolução:  I – até 31/12/2016 poderá ocorrer produção e importação de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA vigente;  II – até 31/03/2017 poderá ocorrer distribuição de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA vigente;  III – até 30/06/2017 poderá ocorrer comercialização ao consumidor final de lubrificantes com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA vigente;  §1º Durante a vigência do prazo estabelecido no inciso I ainda poderão ser concedidos registros a produtos com os níveis mínimos de desempenho API SJ, API CG-4 e ACEA vigente. |
| **ANP** | **Art. 22, inciso I, II e III** | Alterar datas para:  Inciso I: 31/12/2016  Inciso II: 31/03/2017  Inciso III: 30/06/2017 | Devido ao atraso no cronograma da revisão da resolução, considera-se adequado adiar o prazo limite. | Incorporado, conforme nova redação indicada acima. |
| **SINDICOM** | **Art. 22, § 2°** | De: “Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no art. 16 serão revogados.”  Para: “Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no art. 16 serão revogados, competindo aos estabelecimentos comerciais a destinação ambientalmente adequada dos estoques residuais de sua propriedade.” | Os fabricantes não têm controle sobre a comercialização dos seus produtos após sua distribuição aos diversos segmentos varejistas. Por conseguinte não podem ser responsabilizados / onerados em razão da inércia de estabelecimentos do varejo, além dos limites da disponibilização do sistema de logística reversa do OLUC. | Não incorporado.  Não cabe a esta Resolução estabelecer a responsabilidade sobre a destinação de produtos remanescentes. A destinação ambientalmente adequada é estabelecida na Resolução CONAMA N°362/2005. |
| **SIMEPETRO** | **Art. 22, §2°** | Após o prazo estabelecido pelo inciso III, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos no art. 16 deverão indicar nos rótulos a sua obsolescência com a expressão “OBSOLETOS”.. | Considerando que dentre as atribuições da ANP não consta a proibição da produção e importação de produtos, é razoável que a não observâncias dos prazos estabelecidos não implique na revogação dos registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos na revisão da Resolução n° 10.  Assim, o SIMEPETRO propõe que os produtos com o desempenho mínimo ao estabelecido no art. 15 ° não sejam proibidos de serem fabricados, mas que apenas indiquem nos rótulos a expressão “OBSOLETOS”, o que é absolutamente suficiente para a devida informação e proteção ao consumidor, garantindo-se ainda a possibilidade de escolha aos consumidores proprietários de veículos de frotas mais antigas. | Não incorporado.  É atribuição da ANP garantir a qualidade dos produtos derivados de petróleo comercializados no Brasil e, portanto, também é atribuição da Agência a proibição da comercialização de produtos com qualidade inferior ao mínimo necessário para o desempenho almejado. |
| **ANP** | **Art. 23** | A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter o produtor, o importador, o distribuidor, o revendedor atacadista e varejista, e o envasador de óleos lubrificantes, graxas e aditivos e frascos de que trata esta Resolução à vistoria técnica e fiscalização,........ | Todos os agentes que comercializam lubrificantes e graxas são passíveis de serem fiscalizados, conforme Lei 9.847, de 1999. | Incorporado.  O Art. 23 passou a ser Art. 24.  Nova redação:  Art. 24. A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter o produtor, o importador, o distribuidor, o revendedor atacadista e varejista, e o envasador de óleos lubrificantes, graxas e aditivos em frascos de que trata esta Resolução à vistoria técnica e fiscalização, a ser executada por seu corpo técnico ou por entidades conveniadas, sobre produtos, instalações, procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos termos de que trata esta Resolução. |
| **ANP** | **Art. 26.** | Art. 26. O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei n° [9.847](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.847%20-%201999), de 26 de outubro de 1999, e suas alterações, e no Decreto n° 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. | Adequação do texto. | Incorporado.  O Art. 26 passou a ser Art. 27.  Nova redação:  Art. 27. O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei n° [9.847](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.847%20-%201999), de 26 de outubro de 1999, e suas alterações, e no Decreto n° 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. |
| **SIMEPETRO** | **Seção VIII- Das disposições Finais** | Seção VIX – Das disposições Finais | Renomear o título “Seção VIII – Das disposições Finais” para” O titulo “Seção VIX – Das disposições Finais” uma vez que a numeração “seção VIII” aparece em duplicata na minuta, com clara repetição | Incorporado.  Nova redação:  Seção IX – Das Disposições Finais |
| **ANP** | **Das Disposições Finais** | Inserir Artigo que regulamente de forma mais específica as determinações contidas nos subitens i, ii, iii, do Item II, do Artigo 13, da Resolução ANP 18/09. As exigência mínimas, para equipamentos de laboratório, variam bastante na produção de lubrificantes, principalmente para os óleos industriais. Recomendo que os equipamentos sejam definidos em função dos óleos lubrificantes que o agente produzir. | Torna a exigência mais justa e de acordo com as necessidades do agente e da própria fiscalização. Essa atribuição é da SBQ e não da SAB. | Não incorporado.  Os ensaios mínimos são os exigidos no ato do registro, conforme aplicação e declarações de rótulo do produto. |
| **ANP**  ***Proposta incluída pós AP.*** | **Art. 28** | Alterar a redação para deixar claro que as regras contidas nos artigos 5º e 7º da Resolução ANP nº 10/2007 permanecem em vigor durante o prazo indicado no artigo 20 da nova Resolução:  "Art. 28. Fica revogada a Resolução ANP nº 10, de 9 de março de 2007, salvo as disposições contidas em seus artigos 5º e 7º, que permanecerão em vigor durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido no caput do artigo 20 da presente Resolução." | Necessidade de deixar claro que, embora a Resolução ANP nº 10/2007 esteja sendo revogada, as disposições contidas em seus artigos 5º e 7º permanecem em vigor durante o prazo do artigo 21.  Esta proposta surgiu em virtude da inclusão do parágrafo único do Artigo 21 (pág. 28 deste documento). | O Art. 28 passou a ser Art. 29.  Nova redação:  Art. 29. Fica revogada a Resolução ANP nº 10, de 9 de março de 2007, salvo as disposições contidas em seus artigos 5º e 7º, que permanecerão em vigor durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido no caput do artigo 20 da presente Resolução. |
| **SINDICOM** | **ANEXO II** | Alterar a redação de: “Tipo de óleo básico1/ nome comercial/ produtor”  Para: “Tipo de óleo básico / Grau de viscosidade”. | Reduzir a complexidade do processo de registro de produtos.  Manutenção de coerência considerando todos os grupos de básicos disponíveis. | Incorporado.  Nova redação:  “Tipo de óleo básico1 / Grau de viscosidade”. |
| **SIMEPETRO** | **Anexo II, III, IV e V** | Incluir Assinatura do Responsável Técnico da empresa | O SIMEPETRO propõe adicionar um campo para a assinatura do Responsável Técnico da empresa, nos anexos II, III, IV e V para um maior controle técnico dos produtos. | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **ANEXO III, Ensaio 7** | Incluir método ASTM D7346 | Método automático | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **ANEXO III, Ensaio 13** | Incluir método ASTM D6045 | Método automático | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **ANEXO III, Ensaio 14** | Incluir método ASTM D93 | Metodologia também aplicável | Não incorporado.  Para casos específicos de produtos em que essa metodologia seja aplicável, o solicitante de registro poderá informá-lo no campo outros ensaios. |
| **SINDICOM** | **ANEXO III, Ensaio 17** | De: “ASTM D5800 (Procedimento B) / NBR 14157-2”  Para: “ASTM D5800 / NBR 14157-2”. | ASTM permite usar métodos A, B e C | Não incorporado.  Apenas o procedimento B da ASTM D5800 é equivalente ao método NBR 14157-2. |
| **ANP** | **Anexo III, Ensaio 21** | Retirar as normas CEC e ICOMIA. Inserir norma ISO 9439. | ICOMIA é uma espécie de selo e a norma CEC L-33-A-93 trata de biodegradação primária e não de biodegradação final. | Incorporado. |
| **SINDICOM** | **ANEXO III, Ensaio 22** | Incluir o método ASTM D2622 para: cálcio, magnésio, zinco, fósforo, bário, cobre, molibdênio, boro e cloro.  Incluir método AS D5762 para o nitrogênio. | Metodologia também aplicável | Parcialmente incorporado.  O método ASTM D2622 aplica-se apenas para a determinação de enxofre em óleos lubrificantes e, portanto, não será incluído para análise dos outros elementos.  O método ADTM D5762 será incluído para análise de nitrogênio. |
| **Agente - PRODIVE QUIMICA IND. E COM. LTDA EPP** | **ANEXO IV, ensaio 11** | Para todas as graxas veiculares. Para graxas industriais somente as destinadas à aplicações em locais em contato com água | Em veículos, deverá resistir à lavagem por água, por ter muito contato com umidade.Nas indústrias, raramente a graxa tem contato com umidade.Para estas aplicações específicas, deverá sim comprovar a performance conf. ASTM D 1264. | Não incorporado.  O ensaio de resistência à lavagem não é um ensaio obrigatório para toda aplicação e será exigido no ato do registro conforme o uso indicado do produto. |
| **ANP** | **ANEXO IV, novo ensaio** | Inserir ensaio de biodegradabilidade. | Abarcar esse tipo de produto. | Incorporado. |
| **ANP** | **ANEXO V, ensaio 20** | Inserir métodos OECD 301 e ISO 9439. | Abarcar outros métodos além da norma ASTM. | Incorporado. |
| **ABRAPOL** | **ANEXO IX** | SÃO ISENTOS DE REGISTROS  Incluir como isento de registros lubrificantes hidráulicos, guias e barramentos e redutores industriais. | Esses produtos são destinados a industria, estas possuem técnicos, fazem acompanhamento técnico tanto em relação a literaturas como práticos e analises físico químicas dos mesmos, antes do seu uso no equipamento.  Não justifica custos administrativos para registrar ou regular produto que não se tem problema, o próprio mercado regula. | Incorporado parcialmente.  Serão incluídos como isentos de registro os lubrificantes industriais para guias e barramentos e redutores.  Os óleos lubrificantes hidráulicos são produtos sensíveis por atingir um mercado muito variado, o qual inclui consumidores de baixa capacidade de avaliação técnica do produto. |
| **ANP** | **ANEXO IX – Lista de produtos isentos de registro** | Incluir na lista: “ óleos lubrificantes básicos, misturados em qualquer proporção, com solventes, em frascos ou a granel. | Tratam-se de produtos inflamáveis, cuja autorização para o exercício da atividade importação e produção não são contempladas nas Res ANP 17 E 18, ambas de 2009. É o exemplo do WD 40 comercializado em lata ou tambor, sem a utilização do butano ou propano como propelente. | Incorporado. |
| **ANP** | **ANEXO IX- Lista de produtos isentos de registro** | Fluidos de freio que não sejam formulados com óleos lubrificantes básicos definidos nesta Resolução. | Alguns fluidos de transmissão tem diversas aplicações, inclusive como fluido de freio. Esses casos são comuns em máquinas agrícolas e lubrificantes para aeronaves. | Não incorporado.  Lubrificantes com múltiplas funções como no caso descritos não estão isentos de registro. Para evitar dúvidas, foi alterado a frase do anexo IX:  De: Também são isentos de registro:  Para:"Também são isentos de registro os produtos com a única função de:" |
| **ANP** | **ANEXO IX- Lista de produtos isentos de registro.** | INCLUIR COMO PARÁGRAFO ÚNICO: A isenção de registro para determinado lubrificante, não o isenta, à princípio, da autorização de produção e importação do mesmo. A Superintendência de Abastecimento deve ser consultada em cada caso. Lubrificantes que são isentos de registro, mas que gerem resíduos regeneráveis devem ser produzidos e/ou importados somente por agentes autorizados ao exercício da respectiva aividade. | Alguns lubrificantes isentos de registro devem ser coletados e rerrefinados, tais como: óleos para transferência de calor e para tratamento térmico. | Parcialmente incorporado.  Nova redação:  Art 1° §4° A isenção de registro para determinado lubrificante não isenta o seu produtor e/ou importador da autorização para exercício da atividade por parte da ANP, conforme legislação vigente. |
| **ANP** | **ANEXO IX- Lista de produtos isentos de registro.** | Lubrificantes produzidos no país destinados, exclusivamente, à exportação e os lubrificantes importados sob regimes aduaneiros controlados pela Receita Federal do Brasil que definam a sua utilização e posterior e exclusiva exportação. | Nesses casos, 100% do lubrificante produzido deve ser exportado. Na importação, idem (drawback). | Incorporado.  Nova redação:  Lubrificantes produzidos no país destinados, tão somente, à exportação e os lubrificantes importados sob regimes aduaneiros controlados pela Receita Federal do Brasil que definam a sua utilização e posterior e exclusiva exportação. |
| **Agente - PRG INTERAGE CONSULTORIA LTDA** | **ANEXO IX** | Acrescentar nos produtos isentos de registro os “lubrificantes industriais e graxas biodegradáveis “ | A natureza dos produtos de base não petróleo e com menor impacto ao meio ambiente.  O mercado industrial usuário específico que se auto regula | Não incorporado.  Justamente esse produtos em que tem havido problemas de alegações de biodegradabilidade sem comprovação no rótulo não podem ser isentos de registro. |